

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha da Tarde*

Class.: 1382

Data: 16.01.90

Pg.: _____

Procurador diz que defende ianomamis até última instância

O procurador geral da República, Aristides Junqueira, disse ontem, na primeira entrevista coletiva que já concedeu no cargo, que o Ministério Público vai recorrer até a última instância judicial possível para garantir a integridade do território ianomami, em Roraima. Segundo ele, o órgão vai fazer o possível para que o governo cumpra a liminar da Justiça que ordena a retirada dos garimpeiros invasores da área. Uma das atribuições constitucionais do Ministério Público é defender os direitos das populações indígenas.

Junqueira afirmou que o governo pode recorrer de uma decisão judicial dentro da própria Justiça, alegando que ela é "impossível ou incabível". Mas não pode jamais descumpri-la, ficando sujeito às penas da lei, acrescentou. Os responsáveis pelo cumprimento da liminar de evacuação do território ianomami são a Fundação Nacional do Índio, a Polícia Federal e os ministérios do Exército e da Aeronáutica. Se estes órgãos não executarem a ordem da Justiça, disse Junqueira, estão sujeitos a enquadramento no crime de "desobediência" de determinação judicial, previsto no Código Penal.

O procurador declarou que os responsáveis pela execução da ordem só não seriam incriminados se demonstrassem incapacidade para realizá-la. Segundo ele, "se uma ação judicial mostrar-se inexecutável ela tem que ser contestada dentro da lei, na Justiça". Junqueira afirmou que "o dia que o poder judiciário não tiver poder para fazer cumprir suas decisões será então o caos completo".

O procurador disse que a relutância no cumprimento de ordens judiciais no país tem sido um problema "crônico". Causado, de acordo com ele, não por culpa do executor, mas por falta de vontade política do governo. Junqueira

afirmou que não entende porque se tenta resolver o problema de uma forma "extrajudicial", e até "injusta", já que se trata de uma ordem explícita da Justiça. O procurador afirmou que "bate-boca" e acusações não adiantam.

O recado, no caso, foi para o ministro da Justiça, Saulo Ramos. Ele chamou o procurador Eugênio Aragão, que interpelou o delegado Romeu Tuma na Justiça sobre a questão ianomami, de "xiita radical". Junqueira afirmou que Aragão "é um dos procuradores mais sérios" do Ministério Público. Ele disse que a interpelação feita a Tuma, considerada "desrespeitosa" pelo delegado, foi apenas em tom "sério e correto". Tuma sentiu-se "magoado" com os termos usados pelo procurador.

Aragão pediu "esclarecimentos" de Tuma à Justiça e sua

prisão em flagrante, caso fosse constatado o descumprimento da ordem de evacuação do território ianomami. A Polícia Federal assinou, no último dia 9, um acordo de assentamento dos garimpeiros que contraria a liminar da Justiça. Tuma recuou e disse que não existe acordo, mas apenas "conversas" com os garimpeiros.

Boa pergunta

E quando será que começa a vigorar o acordo que a Polícia Federal disse que não assinou com os garimpeiros das terras ianomamis e que a Folha publicou na íntegra?

Toninho Malvadeza

Tuma explica acordo

O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, entregou ontem à Justiça explicações sobre o acordo firmado com os garimpeiros. A partir deste documento, a Justiça pode até mesmo reformular a liminar que determinou a retirada dos garimpeiros, admitindo a manutenção do garimpo em três áreas isoladas dentro da região considerada território indígena.

"Esta declaração de intenções, que a imprensa chamou de acordo, não gera direito nenhum de posse das áreas para os garimpeiros. Se a ação principal que corre na Justiça determinar que toda a área é dos índios, os garimpeiros terão de sair depois", disse Romeu Tuma, em entrevista exclusiva para a Folha. Segundo o diretor-geral da PF, o próprio procurador Eugênio Aragão reconheceu as dificuldades da operação e, em ofício endereçado à Justiça, em

dezembro, admitiu que a prioridade era tirar os garimpeiros das aldeias de Paapiu e Sucurucu. "Eu anexei este ofício ao documento que entreguei hoje (ontem) à Justiça", disse Tuma.

Insistindo em que não pretende desrespeitar nenhuma ordem judicial, Tuma afirmou que se a Justiça determinar que nem mesmo as três áreas possam ser ocupadas por garimpeiros pelo menos até a decisão final da ação judicial, isto será cumprido. "Eu sou um policial. Cumpro ordens".

A ação judicial, em sua sentença final, pode reafirmar os termos da liminar —determinando que os 9,4 milhões de hectares são área indígena— ou contrariá-la. A liminar tem a função de garantir um direito a aparente e evitar danos irreparáveis, enquanto não se tem a decisão final. Tuma afirmou que a Aeronáutica está enviando aviões para a região do garimpo.